

Um novo salariado? Debate em torno do livro de Jean Lojkine*

GÉRARD DUMÉNIL, MICHEL VAKALOULIS, E JEAN LOJKINE**

O livro de Jean Lojkine se intitula *L'adieu à la classe moyenne*.¹ Trata-se da nova classe média, em oposição às camadas de artesãos e pequenos comerciantes, à antiga pequena burguesia. Mas o personagem central do grande painel que o livro nos apresenta não é propriamente essa classe controversa, mas o salariado considerado em seu conjunto. Gérard Duménil e Michel Vakaloulis questionam aqui o autor sobre as observações econômicas e sociológicas, assim como sobre as consequências políticas de sua análise.

A análise de Lojkine (Gérard Duménil)

A leitura do livro de Jean Lojkine é sempre muito enriquecedora e é impossível sistematizá-la em poucas páginas. Seu autor se mostra muito preocupado com a análise concreta das particularidades de cada grupo social e o livro testemunha várias décadas de trabalho minucioso de pesquisa. A importância dada à heterogeneidade do salariado expressa a recusa às generalizações precipitadas. Mas Jean Lojkine nos conduz igualmente aos países da periferia e trata de temas como a imigração e o “culturalismo”. Nesse sentido, não tentarei apurar essa diversidade de objetos de análise: minhas observações referir-se-ão apenas ao quadro analítico fundamental, das estruturas de classe e de sua transformação.

* Tradução de Danilo Martuscelli.

** Gérard Duménil é diretor de pesquisa do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) e professor da Universidade de Paris X-Nanterre; Michel Vakaloulis é professor da Universidade de Paris VIII; Jean Lojkine é diretor de pesquisa emérito do CNRS.

1 Jean Lojkine. *L'adieu à la classe moyenne*. Paris: La Dispute, 2005. (N.T.) No número 25, lançado em 2007, a revista *Crítica Marxista* publicou um artigo de Jean Lojkine sobre o tema aqui tratado, ver: “O novo salariado informacional. Nas fronteiras do salariado”.

A bipolaridade do salariado e sua dissolução. O salariado nos é apresentado, já constituído, como uma grande massa estruturada pela existência de dois pólos: o pólo “quadro”² e o pólo “operário”. Esses dois pólos tomaram forma precisamente depois da Segunda Guerra Mundial. Sua emergência remete, ao que parece, ao entre-guerras. Ora, ocorre que essa polaridade desaparece durante a década de 1970, cedendo lugar ao que Lojkin chama de “arquipélago” (sem reivindicar a invenção terminológica).

É necessário desde já observar que o livro é permeado, no plano político, pela preocupação com uma unidade revigorada do salariado: uma reconfiguração que não implica evidentemente o desaparecimento das diferenças. Essa observação aparece explicitamente apenas de modo bastante tardio em sua exposição, mas é uma das chaves de leitura da obra.

Esse novo salariado desarticulado se caracteriza por uma complexidade ainda maior. Em primeiro lugar, e simetricamente, os dois pólos se deslocam sob o efeito da *revolução informacional*. Esse é o grande processo histórico gerador das transformações das estruturas de classe, de acordo com Jean Lojkin. A classe operária encontrava sua unidade e reconhecia sua identidade no trabalho manual. Mas o operário tornou-se uma espécie de controlador do processo de produção a partir de informações geradas pelas novas tecnologias. Um processo semelhante – nos é explicado – fez desaparecer o pólo quadro.

O tratamento dado aos outros grupos é subentendido pela identificação dessa estrutura polar. Creio ter entendido que, de acordo com o autor, as “outras” camadas se encontram posicionadas de um modo muito pouco estrutural, à margem desses dois pólos, mais ou menos entre eles, em posição intermediária. Uma atenção particular é dada a um desses grupos, quantitativamente importante, o dos professores, mas é necessário considerar também os empregados dos serviços privados e públicos, notadamente o pessoal dos hospitais, aos quais Jean Lojkin se refere amplamente. Essas heterogeneidades sempre existiram, mas o deslocamento dos dois grandes pólos modifica o significado e define de modo ainda mais explícito os grupos referidos como “ilhas”: “Nem classe operária, nem quadro, a maioria do novo salariado nem sempre tem nome, nem representação adequada”.³ No fim das contas: o grande arquipélago.

Evidentemente, essas ilhas são as mais difíceis de se analisar. Em particular, não é fácil descrever seu destino no processo de deslocamento. Mas Jean Lojkin concede ao trabalho de informação um sentido muito amplo que permite compreender o ingresso a esses grupos: “o atendimento de um doente por uma auxiliar de

2 *Cadre*, no original em francês. Poderíamos aqui também utilizar a expressão “gestor” para designar os altos funcionários assalariados, que exercem a função de direção, supervisão e vigilância em empresas privadas, fundamentalmente as de grande porte, ou em empresas ou ramos do aparelho estatal. O termo corrente no Brasil é “executivo”. (N.T.)

3 Lojkin, op. cit., p.68.

enfermagem,⁴ o atendimento de uma criança por uma puericultora,⁵ mas também pela mulher do serviço que lhe dá de comer, o diálogo entre o balconista e um usuário do correio ou do banco, a triagem da correspondência por uma secretária, todas essas formas de trabalho relacional, dependem igualmente do trabalho de informação”.⁶ Essas precisões permitem conceber o trabalho de informação como o negativo do trabalho manual de produção, cujo desaparecimento conduziu à dissolução do pólo operário, e que a caracterização como “intelectualidade” não é necessariamente adequada. Doravante, todos os assalariados se situariam nesse mundo do informativo-relacional.

A crítica de teorias alternativas. A partir de tal representação, compreende-se a recusa – muito enfática, como testemunha o título do livro –, das teorias da “medianização”:⁷ da tese que deseja que a oposição capital-trabalho, conforme Marx, seja posta em questão pelo desenvolvimento das classes assalariadas de empregados, sempre mais numerosas (em que se situam os quadros ou não, uma parte dentre eles...). Henri Mendras é designado como o principal representante dessa escola na França. Segundo Jean Lojkine, Louis Chauvel teria demonstrado o equívoco dessa concepção da medianização. A partir dos anos 1970: “Assiste-se ao fim das trajetórias de ascensão social de uma parte dos operários e dos empregados;⁸ a uma forte desvalorização social e a uma precarização das camadas intermediárias e dos quadros não dirigentes (forte desvalorização do *status* das profissões intelectuais, tais como a dos professores, profissões artísticas, mas também advogados, médicos, juízes, em maior número)”.⁹

Notaremos que a crítica da medianização não impede a referência às “classes médias”, mesmo que as aspas se imponham. Vemos, por exemplo, Jean Lojkine denunciar a ideologia dessas classes (consumidoras...). “Medianização” refere-se a um crescimento intenso, suposto destruidor das estruturas de classe.

4 *Aide-soignante*, no original em francês. Trata-se de um dos profissionais de nível técnico da equipe de enfermagem, com exercício regulamentado por lei, que desenvolvem, sob a supervisão do(a) enfermeiro(a), ações de enfermagem, como medir temperatura, fazer curativos e ajudar os pacientes a se deslocarem do quarto até o banheiro, entre outras atividades. Estas não se confundem com a do(a) enfermeiro(a), que pode dar e receitar medicamentos aos pacientes. (N.T.)

5 *Puericultrice*, no original em francês. Trata-se de um dos profissionais de nível técnico da equipe de pediatria, com exercício regulamentado por lei, que desenvolve, sob a supervisão do(a) médico(a) pediatra, ações de pediatria, como atender crianças pequenas, da gestação até quatro anos, em suas necessidades básicas de higiene, cuidado pessoal, alimentação e sono. Pode exercer suas atividades em maternidades e creches. (N.T.)

6 Lojkine, op. cit., p.137.

7 *Moyennisation*, no original em francês. Trata-se de neologismo criado para designar a ampliação, fundamentalmente quantitativa, das classes intermediárias ou classes médias no capitalismo contemporâneo. (N.T.)

8 *Employés*, no original em francês. Trata-se de um segmento dos trabalhadores assalariados que se distingue dos quadros e dos operários, exercendo uma atividade não-produtiva de nível intermediário, como a realizada por empregados comerciais (vendedores) e funcionários de escritórios (secretários). (N.T.)

9 Lojkine, op. cit., p.71.

A segunda recusa é a da teoria de Pierre Bourdieu, que situa os quadros como parte da “burguesia”, dada a posse de capital cultural por parte desse grupo social. Podemos observar na tese de Bourdieu o equivalente da estrutura concebida anteriormente por Jean Lojkin: enquanto este localiza dois pólos no salariado em face das classes capitalistas, Bourdieu, mesmo quando não emprega esses termos, identifica dois pólos na burguesia. Observaremos que, em tais classificações, os quadros (em grau diferente, os empregados) são deslocados de uma classe para outra, segundo um procedimento que testemunha a dificuldade de sua classificação.

Mesmo que Lojkin não lhes faça referência, não podemos deixar de lembrar aqui das análises de Jacques Bidet,¹⁰ que utiliza igualmente a metáfora dos pólos. Para este, como para Bourdieu, capitalistas e quadros (superiores) reúnem-se em uma classe dominante, que Jacques Bidet descreve como “bipolaridade”, compreendendo as relações de classe como processos dinâmicos de clivagem.

Deixo de lado o repúdio das teses da escola de Alain Touraine, que substitui a exploração pela exclusão, cuja discussão nos levaria a um campo claramente distinto.

Questionamentos (Gérard Duménil)

A primeira questão que podemos formular diz respeito ao caráter convincente da demonstração. Sem respeitar a ordem do enunciado: (1) Jean Lojkin nos propõe a identificação de uma primeira estrutura, a da bipolaridade; (2) vem, em seguida, o diagnóstico apoiado sobre a existência do trabalho informacional como fator de dissolução dessa estrutura; (3) depois a tese do arquipélago propriamente dita, como nova configuração estilizada; enfim, (4) de um modo um pouco transversal a essa argumentação, a concepção de uma medianização interrompida pela crise da década de 1970.

O argumento é convincente? É difícil responder a essa questão sem carregar na tinta, tendo em vista a importância dada à investigação das complexidades. Irei formular minhas perguntas referentes aos quatro pontos a seguir:

1) *A bipolaridade do salariado.* O ponto de vista de Jean Lojkin me parece traduzir a vontade de preservar a oposição capital–trabalho – (capital–trabalho assalariado, capital–saliariado) – como um dado intangível, inscrito na natureza do capitalismo. Como se sabe, essa apreensão dos fatos apresenta sérios problemas referentes ao topo da hierarquia salarial, em particular no capitalismo neoliberal e, ainda mais do que noutro lugar, nos Estados Unidos. O “salário” tornou-se um canal privilegiado de distribuição da mais-valia, como Marx já havia entrevisto há um século e meio. Essa dificuldade transparece no livro por meio da distinção de um quadro executivo, cuja situação é freqüentemente apresentada como distinta da

¹⁰ Jacques Bidet. *Théorie Générale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

do restante dos quadros. A vontade de “unir” esse salariado heterogêneo, um tanto “decapitado”, é claramente expressa. O importante é então isolar *um salariado*. Mas a distância entre quadros e operários não pode ser evidentemente omitida, de onde advém o conceito de um “todo bipolar”. Nessa configuração, a questão dos empregados “não-operários” é algo pouco periférico. Compreendo a motivação política dessas interpretações, mas permaneço analiticamente reticente.

2) *O trabalho informacional que dissolve a bipolaridade*. Estou disposto a aceitar a pertinência da tese da transformação do trabalho operário, sem ser especialista nessa matéria, notadamente em relação à dimensão quantitativa do fenômeno. Minhas observações apóiam-se em três pontos. Para começar, não estou completamente convencido de que o desaparecimento do trabalho manual, em sentido estrito, seja um fator essencial da perda da identidade operária. Em segundo lugar, e sobretudo, o livro não me convenceu da realidade desse processo no que concerne à dissolução do pólo quadro: para além da transformação da produção, as tecnologias de informação são consideravelmente as de gestão, um fator de modernização desta, além de sua possível burocratização (uma perversão). No tocante aos quadros, vejo mais essas técnicas como neutras, até mesmo como produtoras de identidade. Enfim, a “assimilação” (“convergência”...) do trabalho *relacional* ao trabalho informacional, aqui em jogo, tal como lembrada anteriormente a propósito dos empregados não-operários, me deixa perplexo.

3) *O arquipélago*. Essa tese do arquipélago é um remédio infalível contra todas as interpretações simplificadoras. Tal como entendi o livro, penso que ela se apóia essencialmente na análise da dissolução do pólo operário, que fixaria seguramente o salariado em face da classe capitalista. Uma vez esse pólo desarticulado pelo desaparecimento do trabalho manual, não é mais possível tratar as outras frações do salariado de modo equivalente (caso do pólo quadro) ou marginalmente (caso dos outros empregados não-operários). A montanha de gelo se desloca. A argumentação se resume à tese do quase-desaparecimento do trabalho manual. Isso posto, aquilo que era complexo, assim permanece.

4) *A medianização*. Tais como as coisas são apresentadas, a crítica dessa tese se coloca, na verdade, antes da *interrupção* do crescimento das classes intermediárias. Isso é uma refutação? Não penso que os teóricos dessa tese prognosticavam que todos se encontravam no meio, mas, sim, que se constituía um meio. A ascensão dos descendentes da classe operária aos postos de empregados ou de quadros e a dos empregados aos postos de quadros pôde corresponder a uma fase do capitalismo, o que nem Jean Lojkine nem Louis Chauvel parecem negar. Sua crítica se endereçava então aos que sustentavam que esse fenômeno da convergência para o centro prosseguia nos ritmos anteriores ou menos rapidamente. Mesmo se essa progressão fosse interrompida, ela poderia ter por efeito produzir uma “medianização” acentuada, ainda que estabilizada: um resultado destruidor das distinções de classe. Restava então demonstrar que a referência às estruturas de classe é sempre pertinente, apesar desse “meio”, o que corresponde no trabalho de interpretação

das estruturas de classe a *levar em consideração* esses grupos intermediários: o ponto de partida. Assim, a crítica da medianização, se é fundamentada, comporta uma informação factual interessante, mas não corrige os danos ideológicos da escola que defendeu essa tese.

*Um ponto de vista alternativo: a relação de enquadramento.*¹¹ Gostaria de lembrar muito esquematicamente o quadro teórico que desenvolvi originalmente sozinho, depois em colaboração com Dominique Lévy,¹² e mostrar o que esse quadro sugere em relação aos problemas levantados no livro. Essas interpretações confluem em larga medida com as teses de Jacques Bidet.

As tendências históricas do modo de produção capitalista são geradoras de forças crescentes de coordenação fora do mercado – para a empresa, para os processos financeiros, para as políticas etc. –, que supõem a intervenção de grupos de agentes assalariados, não-produtivos no sentido marxista do termo, vetores dessa organização. Esse processo revestiu-se de uma importância histórica considerável no decorrer de algumas décadas, desde o início do século XX, cujo ponto de partida é atribuído aos Estados Unidos, como a revolução gerencial (a revolução da gestão). Essa organização possui componentes privados e públicos. Na empresa, correspondeu ao que podemos caracterizar como a delegação aos assalariados do que Marx havia chamado de “as funções capitalistas”, ou seja, as tarefas do capitalista ativo.

Tal processo foi acompanhado, desde suas origens, por uma polarização entre os grupos superiores, os quadros, que concentram iniciativas e autoridade, e os empregados, encarregados das tarefas de execução. Essa divisão das tarefas não é “funcional” (organização da produção, comércio, contabilidade...), mas revela uma relação de classe em vias de constituição (cujo estabelecimento como tal supõe muitas outras condições). Ela situa, a meu ver, os quadros e os empregados como duas classes distintas. Designo a nova relação social como “relação de enquadramento”, ou relação “quadrista”. Seria necessário mostrar como forças produtivas e relações de produção estão ambas em jogo em tais evoluções, e como essas transformações se juntam com as das estruturas de classe, segundo a “homologia” bem conhecida.

O capitalismo contemporâneo é assim híbrido, um capito-quadrismo,¹³ o que nos Estados Unidos se chama “capitalismo gerencial”. As duas contradições de

11 *Le rapport d'encadrement*, no original em francês. Compreende uma relação entre, de um lado, os supervisores, e, de outro, os trabalhadores que estão subordinados a essa supervisão. (N.T.)

12 Gérard Duménil. La position de classe des cadres et employés. In: *La fonction capitaliste parcellaire*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1975; Gérard, Duménil e Dominique, Lévy. *Au-delà du capitalisme*. Paris: Presses Universitaires de France, Paris, 1998.

13 *Capito-cadrisme*, no original em francês. Trata-se de neologismo criado para fazer referência à natureza híbrida das sociedades capitalistas contemporâneas, expressando, assim, a relação de dependência dos quadros em relação aos proprietários do capital. (N.T.)

classe (*capitalista-trabalhadores produtivos e quadros-enquadrados*¹⁴) se superpõem dialeticamente.¹⁵ A relação de enquadramento tem propensão a se generalizar, eventualmente para eliminar a relação capitalista.

Essas interpretações remetem a certas teses do livro de Jean Lojkine:

1) *As quatro classes*. Os quadros e os capitalistas são duas classes distintas, a primeira assalariada, a outra não, ainda que o salário sirva a ambas. Elas estão situadas nos topos das hierarquias sociais, embora, no capito-quadrismo, a relação capitalista continue a ser caracteristicamente dominante, o que confere aos quadros posição subalterna. O salariado refere-se aos modos de remuneração de quadros e empregados, mas não situa os quadros “como pólo” em relação aos operários em particular: o Norte e o Sul do salariado. A evolução da relação de enquadramento opõe os quadros a todos os outros assalariados, conseqüentemente podemos distinguir originalmente duas classes, operários e empregados, isto é, quatro classes no total.

2) *O deslocamento do pólo operário pela “informação”*. Em certa medida, as transformações do capitalismo tendem, no capito-quadrismo, a reunir empregados (não-operários, não-quadros) e operários em uma relação de classe única, o que contribui para reduzir o número de classes a três (sabendo que faço aqui abstração da pequena burguesia tradicional), mas esse processo continua inacabado. Isso tem efetivamente que ver com as transformações tecnológicas que modificam o exercício do trabalho de produção (na fábrica) e as tarefas dos empregados (por exemplo, de um caixa de um grande estabelecimento comercial). Entretanto, como destaca Jean Lojkine, os operários continuam identificados com a marca dessa “miséria operária”.

3) *A medianização*. O avanço da revolução gerencial desencadeou de fato uma onda de “promoção” social, mediante a emergência de classes de quadros e de empregados. Mas o processo de polarização que descrevemos é bem o contrário da convergência de todos para um “meio” social. Podemos então entender historicamente a sucessão de duas fases, a primeira da emergência desses novos grupos intermediários, reforçada pelo crescimento rápido do pós-guerra, e a outra da manifestação gradual de uma clivagem em seu seio.

Um ponto de vista metodológico: estruturas e ordens sociais. Contudo, essa análise “estrutural” não permite dar conta de toda a riqueza desses fenômenos. Eles são, por outro lado, desordenados pelos altos e baixos dos grandes movimentos do capitalismo (prosperidade do pós-guerra, crise dos anos 1970), e principalmente pela sucessão das ordens sociais que vou considerar agora, como o neoliberalismo.

14 *Encadrés*, no original em francês. Trata-se dos trabalhadores assalariados que não exercem função de enquadramento, ou seja, funções de direção, supervisão e vigilância que são, portanto, subordinados aos quadros. (N.T.)

15 Emprego esse termo, sem pretensão, para fazer referência à hibridiz das relações sociais, o que implica concebê-las em relação aos dois quadros teóricos.

No período do pós-guerra, a grande divisão caracterizou a sucessão entre o que chamamos de “compromisso social-democrata” (que sucedeu a primeira hegemonia financeira no início do século XX) ou “compromisso keynesiano” e o neoliberalismo. Trata-se de ordens sociais cuja análise não coloca em jogo a transformação das estruturas de classe, mas a hierarquia dos poderes e os compromissos no seio dessas estruturas. O compromisso do pós-guerra, produto das lutas de classe, teve os quadros como personagem principal, em uma aliança com os operários e os empregados, e ao mesmo tempo as prerrogativas das classes capitalistas se viram contidas. O neoliberalismo corresponde ao restabelecimento da hegemonia das classes capitalistas, em um compromisso com os quadros ou sua fração superior (seria preciso adentrar na complexidade das mobilidades dessas configurações: França, Estados Unidos, América Latina...). A caracterização de cada um desses processos evocados anteriormente deveria ser modificada para dar conta explicitamente desses novos determinantes. Vejamos alguns exemplos:

1) *Os quadros em direção aoariado.* O compromisso social-democrata “localizava” muito claramente os quadros do lado doariado, considerado globalmente nesse plano mais político das ordens sociais, sem que sua posição nas relações de produção e na estrutura de classe fosse alterada. A grande confluência doariado, que Jean Lojkin preconiza tanto quanto eu, deve ser igualmente apreendida nesse plano político e não estrutural. Teremos entendido que no neoliberalismo os quadros, ao menos sua fração superior, oscilaram para o “campo” das classes capitalistas. Em nossos trabalhos (com D. Lévy), pudemos observar empiricamente esses fenômenos nos Estados Unidos.

2) *A polarização das tarefas não operárias entre quadros e empregados e a “convergência” entre empregados e operários.* Esses processos constitutivos das estruturas de classe no capitalismo contemporâneo não são pré-programados, “estruturalmente definidos”, fora da história. Para conhecê-los, é impossível fazer abstração das lutas e disputas de poder de classe. O neoliberalismo, por conta da insana busca da rentabilidade e dos processos de precarização dos quais é o agente, faz um uso específico das novas técnicas de informação que concede seus atributos à definição das tarefas dos empregados, “em uma posição indeterminada” entre quadros e operários. A procura do compromisso social-democrata abriria, penso eu, a via a trajetórias “estruturais” diferentes, atenuando potencialmente as clivagens no lugar de acentuá-las. Por esse motivo, o neoliberalismo nos distancia ainda mais do grande objetivo de todo marxista, o do desaparecimento das hierarquias de classe: tradicionais e novas. Será necessário refazer todo esse caminho no sentido inverso.

3) *A interrupção da medianização.* Na análise desse fenômeno, é necessário, do mesmo modo, distinguir cuidadosamente, de um lado, o que se refere às transformações das estruturas de classe (em sua relação com as mudanças das formas institucionais nas quais se exprime a propriedade dos meios de produção) e, de outro, o que corresponde à manifestação do neoliberalismo. O primeiro aspecto

refere-se à ampliação da onda de medianização associada à revolução da gestão, concomitante ao processo de polarização entre tarefas “nobres” e de execução, do qual falei e que projeta desde já os limites da medianização. O segundo aspecto diz respeito ao enfraquecimento geral do salariado e à destruição das solidariedades próprias ao compromisso social-democrata que contribui para esses limites estruturais de medianização. Nesse contexto, seria preciso considerar igualmente os efeitos da crise estrutural da década de 1970 (que Jean Lojkine pensa, sem razão a meu ver, que se prolongam até nossos dias, manifestando confusão entre a crise e os efeitos do neoliberalismo – triunfante – na Europa).

Embora diversos aspectos desses processos estejam presentes no livro, a separação entre a dinâmica das estruturas de classe e a das ordens sociais não “configura” a análise de Lojkine. Não poderia ser de outro modo, pois, na distinção tradicional entre classe “em si” (que chamei de “estrutura de classe”) e classe “para si” (que designei como o plano mais político das ordens sociais), Jean Lojkine faz claramente a escolha do segundo termo: a classe se reconheceria em sua identidade e organização enquanto tal. Penso, ao contrário, que é necessário manter cuidadosamente a distinção entre os dois termos, sem hierarquia analítica, cada um dentre eles se referindo a um desses elementos: estruturas de classe e ordens sociais.

Novo salariado e conflitualidade social (Michel Vakaloulis)

A contribuição de Jean Lojkine ao debate sobre as transformações das relações de classe no capitalismo contemporâneo merece atenção por uma tripla razão. Em primeiro lugar, o autor propõe elementos de teorização de uma transição sociológica que carece seguramente de representação adequada, como ilustra a proliferação, nos últimos vinte anos, de prefixos “pós” ou “neo”. Essa transição parece resultar, segundo ele, no arquipélago salarial do “capitalismo informacional” que emerge sobre os escombros das antigas polarizações salariais.

Logo, as novas configurações de classe não são analisadas de maneira “objetivista”, como simples derivações da instância econômica, mas remetem a relações multilaterais e a interações constantes que englobam as dimensões produtivas, sociais e culturais. A concretização das identidades “classistas” não é um processo natural, mas uma construção antagônica que situa o conflito social em plena reprodução das relações de exploração. Essa abordagem permite evitar a dicotomia “classe em si”/“classe para si” que causou tantos estragos na história dos marxismos.

Enfim, no encaminhamento de Jean Lojkine, a sociologia da ação coletiva completa e coloca em perspectiva a objetivação das subversões do trabalho assalariado. A análise das mobilizações coletivas contribui para a inteligibilidade da mudança social e nutre a crítica das ideologias da modernização capitalista. Segundo o autor, os recentes movimentos sociais na empresa e no espaço públi-

co tornam visíveis as ambivalências da nova ordem produtiva, mas também as potencialidades novas de uma retomada das políticas de emancipação dos trabalhadores. É sobre as dimensões políticas dessa movimentação em que se apoiarão principalmente minhas observações.

Do salariado operário ao salariado multipolar. A principal tese desenvolvida por Jean Lojkin refere-se ao advento de um salariado “multipolar”, sem grupo hegemônico nem expressão política centralizada. A antiga relação salarial dominada pelo proletariado dos grandes “centros” industriais estilhaçou-se em muitas partes. O deslocamento do grupo operário, ligado ao desaparecimento das “bases” de épocas passadas (minas, siderurgia, automóveis etc.) e à reconstrução “flexível” da empresa, comporta uma crise de identidade que se manifesta em diversos níveis.

O trabalho operário assimilado à execução de tarefas manuais de intervenção direta sobre a “matéria”, ao seguir as diretrizes gerenciais, perde sua especificidade. Concretamente, seu conteúdo padronizado se dissipa nas imbricações que se produzem entre atividade de produção material e trabalho de interpretação e de tratamento da informação. Desde então, é impossível para os agentes da produção se reconhecer na figura emblemática do “trabalhador manual”, e, menos ainda, buscar nele os significados últimos de sua profissão, o que implica uma crise simbólica de representação e de pertencimento de classe.

A isso se acrescenta a “descoletivização” do grupo operário que remete à ruptura da relação estreita entre fábrica e território que unificava outrora as categorias populares e ao aparecimento de novos modos de viver coletivamente. A escolarização de massa modifica as possibilidades de mobilidade intergeracional. A escola funciona cada vez mais como aparelho central de formação da força de trabalho. O modo tradicional de educação popular tende a desaparecer, as referências culturais e o simbolismo “classista” do mundo operário tornam-se insignificantes. As biografias “se privatizam”, a fragmentação social se acentua. Os jovens operários não querem sobretudo assemelhar-se aos mais velhos, cujo destino coletivo se parece cada vez mais com o dos excluídos sociais. Privada de substitutos, relegada ao ferro-velho, excluída da modernidade, a antiga classe destinada à emancipação universal parece ter caído no buraco negro da história. A crise da ação política e sindical coroa a decomposição do pólo de identidade operária.

Contudo, a decomposição da classe operária dos Trinta Gloriosos (1945-1975) não consagra a “medianização” da sociedade. Ao contrário, sustenta o autor, é o mito de um amplo conglomerado de camadas médias, das quais, aliás, nunca se deixou de celebrar o consumismo hedonista e o vínculo com os valores pós-materialistas, que começa a perder fôlego.

A “revolução informacional” que está em curso redefine não apenas a relação entre o trabalho humano e os meios de trabalho (substituição da máquina-ferramenta da Revolução Industrial pelo computador), mas, mais fundamentalmente, o

conteúdo da própria atividade. O “trabalho de informação” pressupõe uma mobilização da subjetividade em uma relação privilegiada com o outro, quaisquer que sejam as limitações impostas pelos constrangimentos da valorização capitalista. Essa mutação sociológica do trabalho coloca em causa as antigas fronteiras entre tarefas de execução e tarefas de concepção, distinção constitutiva do taylorismo. Nessa perspectiva, mesmo os trabalhos mais “desqualificados” e “padronizados” exigiriam competências relacionais, organizacionais, comunicacionais que a organização capitalista do trabalho tende a ocultar.

Tudo se passa, segundo o autor, como se a generalização ao conjunto dos trabalhadores das antigas qualificações requeridas pelo enquadramento (autonomia, polivalência, iniciativa) colocasse em questão as clivagens estabelecidas entre salariado popular e salariado intermediário. Eis aqui o fundamento das convergências objetivas que se desenham entre o pólo dos operários-empregados e o universo dos quadros. Contudo, subsiste nessa problemática uma tensão paradoxal entre o estilhaçamento da classe operária, cuja presença autônoma sobre a cena social é fortemente reduzida, e as metamorfoses do trabalho operário que tendem a reabilitar seu conteúdo, mesmo na ausência de um reconhecimento estatutário na tabela das classificações salariais.

Como reavaliar então o peso específico dos novos coletivos operários na acumulação flexível do capital hoje? Quais são as representações coletivas distintivas desses agrupamentos pós-tayloristas suscetíveis de acompanhar, de legitimar e de unir o trabalho da reconstrução de sua identidade como classes exploradas? E, particularmente, quais são as possibilidades de uma proeminência estratégica do pólo operário no espaço da empresa capaz de liberar os elementos que atravessam o conjunto do salariado? Todas essas questões que remetem à unificação reivindicativa (e política) do mundo do trabalho permanecem em aberto na teorização do autor.

A oscilação das classes intermediárias. Mas as transformações das situações de trabalho atingem também o salariado “do alto”, colocando fim à coerência do grupo quadros, cujo caráter artificial torna-se cada vez mais plausível. Grande parte do substrato material sobre o qual repousa a confiança dos quadros na perenidade de sua situação “privilegiada”, distinta do resto do salariado, foi colocada em causa pelas políticas patronais de flexibilidade e de precariedade. As classes intermediárias são doravante confrontadas com a contingência de sua evolução social. A financeirização das empresas reduz de modo considerável as margens de manobra do enquadramento, diminui seu poder econômico e simbólico.

A máquina da valorização capitalista se embala. Ela desestabiliza os assalariados “protegidos” do período anterior, desvaloriza socialmente suas habilidades e suas qualificações, rebaixa suas performances individuais a ponto de torná-las intercambiáveis, mesmo quando se trata de especialistas de alta qualificação, a exemplo dos engenheiros. Os *executivos* tornam-se executantes, atingidos em sua

razão de ser profissional.¹⁶ Não é nada surpreendente nessas condições constatar o desinteresse do enquadramento que se reconhece cada vez menos nas direções da empresa. É a revanche das propriedades de posição contra o imaginário projetivo das aspirações pessoais. O “rebaixamento” de um certo número de profissões intelectuais, como os professores, é emblemático dessa evolução que golpeia frontalmente todas as camadas fortemente munidas de títulos escolares. É mais particularmente o caso das jovens gerações de diplomados, cuja formação técnica ou científica não constitui nenhuma muralha eficaz contra a precariedade e o empobrecimento.

Esse salariado rejuvenescido, que ingressa na maioria das vezes no mercado de trabalho por contratos precários, é mais formado e informado, terceirizado, feminizado. É portador de novas aspirações de realização de si no trabalho, de reconhecimento do esforço consentido, de participação nas decisões. Ele formula um julgamento clarividente e exigente sobre o meio ambiente econômico mesmo se sua contestação ou sua transgressão do capitalismo da empresa não se exprimem em termos de ruptura. A dissociação entre futuro plausível e futuro esperado dos jovens contratados, suas ambições contrariadas, traídas ou irrealizadas, a dificuldade maior de reconciliar ética do ofício (do trabalho “bem-feito”) e imperativos financeiros estão na origem das novas tensões e contradições que seria impossível conter de maneira durável.

A derrota política. Contudo, o salariado intermediário não desaparece. Os quadros, os profissionais intelectuais, os jovens diplomados não são absorvidos em um “proletariado reunificado” pelas virtudes homogeneizantes do movimento da valorização. Eles não são sempre conscientes das convergências objetivas entre as diferentes frações do salariado das quais seria encarregada a “revolução informacional”. E, em particular, eles não sustentam necessariamente uma unificação simbólica do salariado “por baixo” que confirmaria, apenas sob uma forma ideológica, o “retorno” à forma clássica do antagonismo de classe (o imaginário dos dois campos), mas que consagraria *ipso facto* sua própria subalternidade como categorias deslocadas. A vontade de preservar sua “posição”, de ter êxito nos exames de promoção social, de se distinguir pelo modo de consumo, pela moradia ou pelos passatempos não se enfraquece.

De maneira paradoxal, sustenta Jean Lojkine, a pulverização da identidade da classe operária e do grupo quadros não conduz tanto a uma simplificação quanto a uma complexificação das relações de classe. A realidade da estrutura social permanece ambivalente. As culturas profissionais mantêm-se profundamente heterogêneas. As lutas pela classificação estão sempre presentes, ainda que não se

16 Sobre a evolução dos comportamentos dos quadros na nova fase da mundialização, ver o interessante livro-testemunha redigido por dois dirigentes da UGICT-CGT e por um jornalista social: Jean-François Bolzinger; Jean-Loup Julien; Marie-Jolie Kotlicki. *Évolutions Cadres*. Paris: Éditions Pascal, 2007.

intensifiquem. As defasagens nos processos de tomada de consciência das novas formas de exploração e de dominação são importantes. Sobre certos aspectos da reprodução social, tal como o acesso à formação qualificada de longo prazo, as polarizações parecem se reforçar. Como fazer advir nessas condições uma nova representação “classista”, comum a todas as frações do salariado multipolar? Como construir novas alianças de classe respeitando integralmente as singularidades de cada componente?

É aqui que surge a discussão sobre os “novos movimento sociais”, que tem o mérito incontestável, entre outros, de manter vivo um enunciado crucial e disputado: *existe política*. O autor refuta a “virada culturalista” que subentende certa visão sociológica da ação coletiva que interdita os conflitos de trabalho em benefício das temáticas “societárias”. Contudo, ele não estabelece analiticamente a articulação entre o enfrentamento capital-trabalho em suas configurações atuais e a “mutação informacional” das forças produtivas. O fundamento da unicidade das lutas contra a exploração e as dominações é impossível de se encontrar. O que liga efetivamente os movimentos plurais e difusos de um salariado que não tem mais pólo central nem consciência política de seu devir histórico? Qual é a força de atração exercida por essas mobilizações multipolares na perspectiva de uma manifestação autônoma do salariado no espaço social? Precisamente, são as relações embrionárias entre trabalho, sindicalismo e política que permanecem em questão. Imenso canteiro de obras!

Definir as novas lutas de classe (Jean Lojkine)

Qual é o objetivo do meu livro? Questionar e desmistificar a ideologia da “classe média”. Essa ideologia é política: apoiada pela social-democracia, amplamente difundida nas mídias, cada vez mais assumida pelas classes populares, ela tem também uma dimensão “culta”, sociológica, quando procura demonstrar, por meio de estatísticas, que a clivagem de classe (proletariado/classe capitalista) desapareceria graças aos processos de mobilidade social ascendente, com a aproximação das remunerações dos operários e dos quadros; chegar-se-ia assim a um “grupo central” incluindo 80% da população, desde os operários qualificados ou formais aos quadros superiores, o resíduo sendo composto pelos “excluídos” os quais seria preciso reinserir no grupo central.

O reconhecimento hoje de fraturas, de divisões sociais nessa “classe média”, não deu fim ao mito: ele é adaptado ao se distinguirem os estratos inferiores e superiores, em razão das remunerações salariais, patrimoniais, mas a ideologia anticlasses sociais persiste mais do que nunca. Não se questionam as formas novas da luta das classes hoje.

Por essa razão, é necessário começar por definir exatamente o que representam as noções de “classe operária” e de “quadro”. Elas são construções de identidades políticas, mas que têm também uma dimensão objetiva. Não façam um

corte mecanicista entre classe em si e classe para si, mas me questiono sobre sua imbricação no aqui e agora. “Classe operária” evoca a visão marxista, mais amplamente socialista (e no início social-democrata), de um ator social portador do futuro, o grupo operário, produtor de mais-valia, em plena relação entre trabalho e capital, encarregado da missão histórica de reverter a ordem injusta existente.

“Quadro” evoca, ao contrário, o êxito da promoção social no sistema atual e seduz todos os que se identificam com a “classe média” e recusam a se identificar com a classe operária, assim como com os excluídos ou os proletários.

Minha hipótese é a de que essa segunda identidade social polar entrou, dentro de certos limites, em crise por três razões principais. Primeiro, a crise estrutural do capitalismo que começa na década de 1970 teve um impacto diferenciado sobre a situação econômica dessas profissões intelectuais: o desemprego e a precarização, a pauperização salarial os atingirão depois dos operários e dos empregados, sobretudo a partir dos anos de 1980-1990. Uma fração das profissões intelectuais do setor público está no mesmo caminho de proletarização. Segundo, a revolução informacional coloca em questão também a identidade quadro definida originalmente (como a classe operária) pelo industrialismo e pelo machismo (o homem mantenedor da família, a mulher da casa). O ingresso maciço das mulheres nos empregos de serviços, notadamente dos serviços públicos, a transformação das relações de trabalho (pondo em causa a autoridade hierárquica e paternalista) colocam em questão a imagem do quadro forjado nas décadas de 1930-1950. Enfim, a terceira razão, a desvalorização dos diplomados do ensino superior que não encontram mais empregos de quadros, provocou sua entrada nos novos movimentos sociais (lutas estudantis, lutas dos trabalhadores precarizados, dos pesquisadores, dos médicos etc.) que invalidam o seu pertencimento à burguesia.

Como então avaliar a tese do “capito-quadrismo” e da relação social de enquadramento? Gérard Duménil evoca o processo de delegação de poder das “funções capitalistas” pelos capitalistas aos gerentes? Mas o que permite essa delegação na fase atual de financeirização e de “*corporate governance*”? De qual lado da clivagem de classe estão os quadros e gerentes da Airbus que se manifestam contra o poder dos que detêm controle acionário e que querem impor os critérios de rentabilidade da bolsa contra os do desenvolvimento da empresa? O pólo de identidade quadros, principalmente sua versão francesa, amalgama, na realidade, segmentos do salariado muito diversos, até mesmo divergentes, desde os gerentes acionistas, “falsos assalariados” ligados à grande burguesia capitalista, até os engenheiros e técnicos (os “*professionals*” na sociologia anglo-saxã) que não enquadram ninguém e são em geral agentes muito qualificados, sem contar as profissões intelectuais da educação, da pesquisa, da informação e do trabalho social que não têm muita coisa a ver com a linha de produção em uma indústria de montagem... a não ser tratar de informações complexas e organizar, coordenar, comunicar. A noção gramsciana de hegemonia teria aqui mais pertinência que a de enquadramento ou de disciplina de fábrica.

Notemos, nesse sentido, o significado particular que dei ao trabalho de informação na revolução informacional. Longe de referir a um processo neutro, como supõe Gérard Duménil, a informatização do trabalho de informação (a informática de gestão) refere-se, para mim, a uma divisão social perversa entre três tipos de informação: a informação estratégica monopolizada pelos quadros de direção, a informação tática elaborada pelos quadros intermediários, os organizadores, e, enfim, a informação operacional que pode referir-se tanto aos empregos de operadores desqualificados quanto aos empregos de engenheiros muito qualificados, mas que subsistem como executantes de grande envergadura. A hipótese que elaboro não é então a de que todo mundo trata da informação assimilada por um trabalho relacional ou comunicacional, mas que o trabalho de informação no quadro do sistema capitalista, como pude observar em um grande ramo eletrônico, divide e essa divisão atinge igualmente os gerentes de alto nível, conforme dependam do “business”, do pólo financeiro ou do pólo técnico. Pode-se assim ser um quadro de altíssima competência técnica, mas ser excluído do trabalho de concepção estratégica, hoje estreitamente ligado aos meios financeiros.

Qual lição tirar disso no plano sociológico? Não seria preciso distinguir rigorosamente, de um lado, o pequeno grupo de gerentes dirigentes ligados aos que detêm controle acionário, os quadros que trabalham nos mercados financeiros, que apóiam a cultura da rentabilidade financeira sem se preocupar com o futuro da empresa e, de outro, os quadros executivos, incluindo os organizadores, cujas funções são orientadas para a gestão do capital produtivo? Clivagem sociológica que reproduziria a clivagem econômica analisada por Marx entre o capital fictício, portador de juros, e o capital produtivo, capital real.

Resta examinar a distância ideológica, política, que separa essas transformações objetivas e as representações que fazem de si as classes sociais referidas. Sublinhei em meu livro a amplitude das clivagens culturais (no trabalho, na escola, no espaço residencial) que opõem as camadas intelectuais pauperizadas, até mesmo proletarizadas, mais conscientes de seus recursos culturais, e as classes populares as mais desprovidas de escolaridade, notadamente as frações provenientes da emigração maghrebina¹⁷ e africana. Nada pode substituir a luta política de longa duração contra todas as formas de segregação social para transformar o arquipélago salarial (noção puramente descritiva de uma realidade plural) em um salariado multipolar, uno politicamente em sua pluralidade por relações de cooperação e de solidariedade.

Nesse sentido, Michel Vakaloulis tem razão de apontar o limite principal de meu livro e simultaneamente o canteiro de pesquisa que abre. Como construir a unidade do novo salariado informacional em toda sua diversidade sem recair na “grande simplificação” de enfrentamento dos dois atores históricos, o proletariado

17 Relativo ao Maghreb, termo árabe que significa poente, designando o Norte da África. (N.T.)

e o capital? Como juntar as lutas pela emancipação das feministas, das minorias étnicas, culturais, e dos assalariados nas empresas? Como cruzar em uma palavra as lutas contra as dominações e as lutas contra a exploração do trabalho na era do capitalismo informacional? A tarefa é igualmente mais delicada quando as dominações podem atravessar o “campo” dos explorados, como mostraram os trabalhos das sociólogas feministas a propósito do machismo dos operários e dos quadros ou os sociólogos da educação a propósito do comportamento ambivalente dos professores, mesmo os militantes, em relação às crianças das famílias populares.

Só a experiência das lutas sociais e culturais, incluindo seus revezes, permitirá reparar os caminhos novos que darão sentido e visibilidade às novas lutas de classe.